TRADUÇÃO DE CORTESIA
Apenas faz fé a versão original francesa

XII CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES

Das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia

Guadalupe 18, 19, 20 e 21 de outubro de 2006

DECLARAÇÃO FINAL

****

A XII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas reunida na Guadalupe, de 18 a 21 de outubro de 2006, sob a Presidência de Victorin Lurel, Presidente da Região da Guadalupe:

Expressa os seus sinceros agradecimentos a Danüta Hubner, Comissária Europeia encarregada da Política Regional cuja constante participação nestas reuniões de trabalho testemunha o diálogo permanente com a Comissão e os seus serviços que convém reforçar.

Agradece à Presidência finlandesa na pessoa de Paavo Pirttirnaki a disponibilidade e a atenção que nos dedica cujo nos gratifica; aprecia a sua sensibilidade à causa da ultraperiferia que deverá aliás merecer a atenção de todas as Presidências.

Manifesta os seus agradecimentos a Michel Delabarre, Presidente do Comité das Regiões que dá início à participação desta instituição comunitária na Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas; expressa a sua profunda gratidão pelo apoio concedido, desde o início, à causa da ultraperiferia.

Cumprimenta a presença de Xavier Gizard, Secretário-Geral da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas que apoiou de forma constante as preocupações das Regiões Ultraperiféricas.

Saúda a presença do representante do Estado Francês que deverá ser junto das outras autoridades nacionais, um intermediário eficaz ao serviço da causa da ultraperiferia e de preservação dos acervos comunitários das Regiões Ultraperiféricas.

A) A XII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia:

Afirma expressamente, em linha com as suas declarações precedentes, que se a Europa contribui com uma parte não negligenciável ao desenvolvimento económico e social destas regiões, estes são também uma oportunidade para a Europa a quem oferecem, nomeadamente, uma posição global.

Recorda rigorosamente o caráter eminentemente político do conceito da ultraperiferia. Portanto, na base de um processo transversal, tanto os Estados-membro como as instituições comunitárias devem apropriar-se deste conceito e dá-lo a conhecer em todas as instâncias encarregues de elaborar normas e tê-lo em conta para responder de uma forma mais satisfatória às exigências da sua realidade.

Reafirma a necessidade imperiosa de ter em conta em todas as políticas comunitárias elaboradas e a implementar, os constrangimentos estruturais permanentes das Regiões Ultraperiféricas, através de uma adaptação justa e equilibrada destas políticas conforme às realidades destas.

Constata que a Comunicação da Comissão de 26 de maio de 2004 «Uma parceria reforçada para as Regiões Ultraperiféricas» - que deu continuidade ao convite do Conselho Europeu de Sevilha, de junho de 2002, e ao seu Memorando de junho de 2003 - definiu ferramentas cuja maioria estará operacional a partir de 2007.

Recorda que a estratégia global adotada pela Comunicação articula-se em torno de três eixos:

- Competitividade;
- Acessibilidade e compensação de outros constrangimentos;
- Integração regional.

Esta estratégia, pretendendo-se global, exige uma sinergia de forma a mobilizar todas as políticas comunitárias e os seus respetivos recursos para responder, adequadamente, à situação única destas regiões.

Salienta contudo, que não só o desenvolvimento destes instrumentos não deve ocasionar uma rutura na Política de Coesão aplicável às Regiões Ultraperiféricas, mas deve servir também para enfrentar os desafios inerentes à competitividade dos seus territórios e das suas economias.

Observa sobre este assunto que as exigências de competitividade aumentam num mundo que se globaliza cada vez mais fazendo aumentar constrangimentos imediatos e pesados sobre as Regiões Ultraperiféricas, enquanto novas perspetivas de desenvolvimento só se farão sentir a longo prazo.

Salienta, no entanto, que a dimensão marítima excecional trazida por estas regiões à União Europeia oferece oportunidades inigualáveis no domínio da inovação, da investigação, do ambiente, da biodiversidade…

Incita a União, tendo em conta a proximidade das Regiões Ultraperiféricas a países terceiros, a apoiar-se sobre estas para implementar políticas de inserção regional e de codesenvolvimento visando em primeiro lugar os Objetivos do Milénio cujo sucesso será decisivo para uma globalização equilibrada e justa.

Lamenta porém a ausência de disposições em matéria de política de imigração para resolver os graves problemas humanitários com que se confrontam tanto as Regiões Ultraperiféricas como os países de origem dos imigrantes. Para tal, solicita que seja tido em consideração o ambiente geográfico destas regiões nas futuras políticas de imigração

através da implementação de medidas urgentes visando tratar, em particular, as causas e consequências da imigração ilegal.

Declara-se contudo convencida que uma plena tomada em consideração da realidade ultraperiférica só será possível no quadro de um projeto europeu renovado e solicita então, que as instâncias de decisões europeias, na véspera do quinquagésimo aniversário do Tratado de Roma, tomem iniciativas neste sentido. Recorda a necessidade de preservar o acervo alcançado em favor das Regiões Ultraperiféricas no projeto de Tratado Constitucional.

Conscientes da projeção geoestratégica mundial que elas conferem à Europa, as Regiões Ultraperiféricas reclamam tomar plena parte nos futuros debates.

A Conferência decide assim preparar sob a sua nova Presidência, exercida pela Região Autónoma da Madeira, uma nova contribuição nos debates comunitários que influenciarão diretamente o futuro dos territórios ultraperiféricos. Solicitará, além disso, à futura Presidência Portuguesa da União para que transmita ao Conselho Europeu de dezembro de 2007 as suas propostas.

B) A XII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia adotou, para além das anteriores, as posições seguintes:

A metodologia de avaliação dos constrangimentos e sobrecustos

A Conferência recorda as reservas já formuladas em relação à adoção de uma metodologia de avaliação dos sobrecustos que constituiriam uma condição à concessão dos auxílios comunitários e não uma ferramenta de ajuda à decisão.

Reafirma a prudência necessária perante uma tal iniciativa. Apela à indispensável manutenção de uma concertação entre as autoridades políticas e a Comissão Europeia. Solicita que a implementação de uma tal metodologia seja opcional tanto para os Estados-membro como para os serviços da Comissão, que ela seja gradual e proporcional aos impactos dos constrangimentos reconhecidos pelo nº2 do artigo 299º.

A agricultura

A Conferência congratula-se com o progresso dos *dossiers* relativos aos POSEI. Toma conhecimento de uma proposta em curso para prolongar em volume e em duração o contingente fiscal do rum tradicional dos departamentos ultramarinos franceses. Insiste ao mesmo tempo na urgência da tomada de decisão que poderia ocorrer antes do fim da Presidência Finlandesa.

Em relação à banana, congratulando-se com o valor do auxílio de 278,8 M€, a Conferência insiste sobre a necessidade de prever uma cláusula de revisão para adaptar o nível deste apoio em função da evolução de preços e das condições do mercado que afetariam os rendimentos dos produtores.

Em relação à reforma OMC vinho, a Conferência interpela a Comissão sobre as especificidades das Regiões Ultraperiféricas produtoras de modo a que as suas particularidades sejam tidas em conta. Transmitirá propostas neste sentido.

A Política Marítima Europeia

A Conferência recorda a importância do espaço marítimo para as Regiões Ultraperiféricas constituindo para estas um espaço de cooperação e de inovação, designadamente em matéria de biodiversidade marinha. Lamenta que o Livro Verde relativo à dimensão marítima Europeia em processo de consulta tome insuficientemente em conta a contribuição das Regiões Ultraperiféricas para a dimensão marítima da Europa, especialmente no estabelecimento das zonas marítimas próprias das Regiões Ultraperiféricas, por exemplo a sub-região biogeográfica da Macaronésia abrangendo os arquipélagos atlânticos dos Açores, Canárias e Madeira e as suas relações com os países ACP vizinhos. Solicita que a Política Marítima Europeia se baseie mais nos princípios da subsidiariedade e de proporcionalidade que garanta a consideração das especificidades das Regiões Ultraperiféricas.

A Conferência sublinha a necessidade da futura Política Marítima Europeia tomar em consideração o grande potencial das Regiões Ultraperiféricas para a concretização desta política. Gostaria que esta política tenha em conta a dimensão insular, nomeadamente nos domínios de proteção do ambiente, da preservação e da proteção dos recursos, da biodiversidade marinha, da vigilância e da segurança marítima, da prevenção dos acidentes e da poluição bem como das catástrofes naturais.

Encarrega o Comité de Acompanhamento de elaborar propostas de contributo da Conferência das Regiões Ultraperiféricas ao Livro Verde tendo por base as contribuições de cada uma das regiões.

A pesca

A Conferência recorda os pedidos de adaptação da Política Comum de Pescas formulados durante a última Conferência e que mantêm a sua atualidade.

Toma nota das propostas formuladas em favor das Regiões Ultraperiféricas, designadamente para os auxílios à frota.

Deplora que estas medidas sejam mais uma vez definidas com atraso e por um período particularmente limitado, o que prejudica gravemente qualquer estratégia coerente para este setor e a necessária estabilidade do ambiente jurídico para os operadores económicos.

A Conferência considera, tendo em conta a importância desta atividade económica, que o seu desenvolvimento sustentável seja garantido pela manutenção dos auxílios à frota, a compensação dos sobrecustos, o acesso seletivo aos recursos haliêuticos em benefício das frotas locais, o apoio às atividades de investigação.

A muito curto prazo, importa que o regime POSEI seja garantido durante 7 anos e que os Estados-membro obtenham uma reanálise da questão da adaptação da Política Comum de Pesca à realidade de cada Região Ultraperiférica.

A política de investigação e as tecnologias de informação e de comunicação

Partilhando o objetivo de fazer da Europa a primeira zona de crescimento no mundo no domínio da economia do conhecimento e ciente da importância da investigação e da inovação para a competitividade das suas economias, as Regiões Ultraperiféricas decidiram integrar ainda mais estas dimensões nas suas estratégias de desenvolvimento.

Nesta perspetiva, a Conferência convida a Comissão a favorecer a participação das Regiões Ultraperiféricas no Espaço Europeu de Investigação para um melhor acesso aos financiamentos disponibilizados pelo 7º PQIDT, nomeadamente através do aumento das taxas de cofinanciamento dos projetos envolvendo as Regiões Ultraperiféricas e dos convites à apresentação de projetos específicos para estas regiões.

A Conferência congratula-se pela flexibilidade que a Comissão concedeu aos Estados-membro em termos de elegibilidade aos fundos estruturais das infraestruturas de banda larga, pedindo simultaneamente financiamento adicionais além dos futuros programas operacionais.

O ambiente

A Conferência sublinha a importância do património ambiental das Regiões Ultraperiféricas. O aprovisionamento de água e as políticas de saneamento, a proteção das zonas costeiras implicam, para estas regiões, custos de investimento e de gestão exorbitantes, ligados às suas características naturais.

Solicita que as regulamentações comunitárias tenham em consideração a especificidade das Regiões Ultraperiféricas em termos de gestão, de recolha e de tratamento dos resíduos e deem lugar a propostas concretas por parte da Comissão Europeia no quadro do seu estudo sobre os serviços de interesse económico geral nas Regiões Ultraperiféricas.

As energias renováveis

As Regiões Ultraperiféricas fazem parte dos territórios da Europa que correm mais riscos de incidências negativas da situação energética atual devido à sua dependência de combustíveis fósseis e à sua vulnerabilidade em relação às flutuações dos preços destas matérias (o aumento dos custos de transporte, aumento da fatura energética, a diminuição da rentabilidade das empresas, etc.) Contudo, estas regiões dispõem de um potencial considerável em matéria de energias renováveis (solar, eólica, biomassa, biocombustível, bio marinha, geotermia, hidráulica...). A Conferência pede à Comissão que apoie a ação das Regiões Ultraperiféricas no desenvolvimento das energias renováveis, com enquadramento na estratégia Europeia para uma energia segura, competitiva e sustentável.

O plano de grande vizinhança e a inserção regional na zona geográfica

A Conferência insiste sobre o potencial das Regiões Ultraperiféricas como plataformas de política externa da União e para a difusão da experiência Europeia nas suas zonas geográficas respetivas.

As iniciativas adotadas ou em processo de adoção destinadas a dar conteúdo à noção de Grande Vizinhança limitam-se à identificação dos interesses das Regiões Ultraperiféricas nas negociações dos APE, aos programas de cooperação territorial transfronteiriça e transnacional, e à autorização de Auxílios de Estado para a iniciação de rotas aéreas entre as Regiões Ultraperiféricas e os países terceiros.

A Conferência lamenta que as regiões dos Açores e da Madeira sejam excluídas da cooperação transfronteiriça.

A Conferência observa que estas iniciativas constituem um primeiro passo mas solicita à Comissão e ao Conselho que aprofundem a definição da noção de Grande Vizinhança e que encontrem aplicações concretas mediante uma abordagem mais ampla, e estendendo esta noção a outros domínios, nomeadamente a política de imigração e a política marítima da União Europeia e implementado um dispositivo operacional de financiamento conjunto FED/FEDER.

A imigração

A Conferência apela a atenção da União Europeia e dos Estados-membros à pressão sobre as Regiões Ultraperiféricas da imigração ilegal. Estas Regiões não dispõem dos meios humanos e materiais para enfrentar uma tal tragédia humanitária que tem repercussões consideráveis sobre a sua coesão económica e social.

Insiste na necessidade de adotar medidas urgentes para encarar este fenómeno. Considera que estas medidas deveriam abranger:

- o reforço da ajuda ao desenvolvimento dos países de origem e de trânsito;

- um melhor controlo de fronteiras;

- e uma maior harmonização das políticas de imigração legal.

Considera que uma imigração legal e controlada pode contribuir para o progresso económico tanto para os países de acolhimento como os de origem, e as Regiões Ultraperiféricas, devido à sua localização geográfica e ao seu nível de desenvolvimento, podem constituir plataformas para a implementação das políticas humanitárias e de codesenvolvimento da União.

Lamenta que, apesar do seu pedido formulado na XI Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, nenhuma disposição financeira do tipo das que foram previstas no Programa-Quadro Solidariedade e Gestão de Fluxos Migratórios tenha sido decidida em favor das Regiões Ultraperiféricas que não fazem parte do Espaço Schengen.

Considera que uma política de apoio aos investimentos privados nos países de origem dos imigrantes pode constituir uma solução eficaz para encorajar o seu desenvolvimento económico. Assim, solicita à Comissão que examine com a maior atenção a possibilidade de autorizar tais apoios no âmbito da política de auxílios de Estado.

Solicita à União Europeia que aplique a cláusula de readmissão referida no artigo 13º nº4 do Acordo de Cotonou.

A luta contra as epidemias e as catástrofes naturais

A Conferência constata que certas regiões são particularmente afetadas por epidemias, patologias endémicas e catástrofes naturais com incidências graves sobre as economias regionais.

Considera indispensável a implementação de medidas comunitárias e nacionais adaptadas de modo a que estes problemas sanitários e estas catástrofes naturais não afetem, negativamente, o crescimento das Regiões Ultraperiféricas.

A tomada em consideração da Estratégia de Lisboa

A Conferência lamenta que o princípio de earmarking seja imposto às despesas de investimento da alocação específica RUP, limitando mesmo a eficácia do dispositivo de compensação dos sobrecustos. De facto, esta exigência reduz a flexibilidade na escolha das medidas destinadas a ter em consideração certos constrangimentos estruturais, tais como a vulnerabilidade dos riscos naturais e do clima.

A Política de Transportes

A Conferência reconhece a implementação de medidas para melhorar a acessibilidade das Regiões Ultraperiféricas. Porém, sublinha a importância de reduzir ainda mais o isolamento destas regiões, tanto pelo meio do transporte aéreo como do transporte marítimo (transporte de pessoas e de mercadorias). Solicita também, uma melhor consideração da ultraperiferia pelos Estados-membro respetivos e pela União Europeia no quadro da Política Europeia de Transportes.

Basse-Terre, 19 de outubro de 2006